

NEWSLETTER:

Dando continuidade à *nossa nova* rubrica on-line: *Páginas de História com Estórias*, passamos a apresentar o documento do mês de Dezembro deste espaço cultural.

DOCUMENTO DO MÊS DE DEZEMBRO: **Arranjo Urbanístico Litoral Sul**

(Abril 1944)

Cota CMPV|POM 10 (16) - Projecto de Obra Municipal

ARRANJO URBANÍSTICO LITORAL SUL

(Abril 1944)

O documento em destaque este mês de Dezembro é um *Processo de Obra Municipal* ^{*}; relativo a um arranjo urbanístico da zona litoral sul, ou seja, da zona do Castelo da Póvoa. Datado de Abril de 1944, contém uma planta completíssima da intervenção a efectuar em toda aquela área envolvente. A ideia é abordar um pouco a história deste monumento sito frente à enseada da Póvoa.

O Castelo da Póvoa, assim denominado pelo *povo* desta comunidade em detrimento de Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, este sim, nome oficial daquele monumento. De resto, uma invocação àquela que é a padroeira da cidade.

No final da época quinhentista começaram a desenvolver-se as actividades ligadas à construção naval, na zona da Ribeira, em volta do "*Forte do Torrão*". Este tinha sido edificado às expensas da Câmara Municipal, com a finalidade de defender a população de actos de pirataria comuns nesta altura. Esse primitivo forte ainda existia em 1685, quando estava *guarnecido* por um tenente, um condestável e dois artilheiros, nomeados pela autarquia. Diz-se que "*...este pequeno e antigo fortim tinha sido edificado pelos anos de 1400, no reinado de João I de Portugal*"².

No último quartel do século XVII, diante da necessidade de uma melhor defesa do porto, desta vez para defender possíveis desembarques das tropas espanholas, o alcaide João de Almeida Rêgo expôs a El-Rei D. Pedro II a necessidade da construção de uma fortaleza.

A primeira pedra da actual fortificação foi lançada em 1701, ainda sob o reinado de Pedro II de Portugal, com projecto do sargento-mor engenheiro Sebastião de Souza, supõe-se que no mesmo local daquele antigo forte que terá existido na Póvoa.

¹ O nome *torrão*, para uns, provem da sua forma de torreão, outros dizem que era por estar assente em terra batida.

² Pinho Leal | *Portugal Antigo e Moderno* (1876)

Até 1703, a obra correu pausadamente, sendo apenas edificada a sapata³ de toda a muralha. Entretanto, no ano seguinte, os trabalhos pararam por falta de verbas e aquela fortaleza foi entregue ao abandono. A degradação durou até 1738, ano em que D. João V de Portugal manda terminar as obras, por considerar esta fortificação costeira uma obra prioritária e de grande importância para o reino.

Os trabalhos foram então retomados naquele ano, quando D. Diogo de Sousa, governador da cidade do Porto, recebeu ordens daquele soberano para concluir a fortaleza, que viria a ser inaugurada a 22 de Outubro de 1740, propositadamente ou não, o dia de aniversário do rei. As armas da nobre família dos Sousas, família de D. Diogo de Sousa, foram colocadas sobre o Portão de Armas, por se dever a este a conclusão das obras.

Na inauguração estiveram presentes o general de armas, outras autoridades militares e civis e o primeiro governador da fortaleza, Francisco Félix Henriques da Veiga Leal⁴.

A fortificação apresenta planta quadrangular com quatro baluartes nos vértices: dois de frente para o mar (baluartes da Conceição e de São Francisco de Bórgia), e dois para terra (baluartes de São José e São Filipe e Diogo). Dos flancos dos primeiros seguem dois lanços de muralha de 33 metros de comprimento, os quais se juntam em ângulo saliente para o mar, e assim formam uma bateria de 7 metros de largura e mais de 60 de extensão.

No terreno da fortificação é edificada, em 1743, uma capela, consagrada a Nossa Senhora da Conceição (Capela de Nossa Senhora da Conceição do Castelo⁵), dita "Real Capela", onde foi instituída pelos jesuítas uma irmandade do Santíssimo Coração de Jesus, extinta por Marquês de Pombal, aquando da expulsão da Ordem dos Jesuítas do país, em 1761. Estes foram expulsos, mas o culto a Nossa Senhora da Conceição do Castelo permanece até aos dias de hoje.

³ parte mais larga dos alicerces de uma construção (Dicionário de Língua Portuguesa | Porto Editora)

⁴ Veiga Leal, nomeado interinamente a 13 de Maio de 1738 (apenas em 1752, é que é confirmado como governador em diploma escrito pelo punho de D. José I), desde logo não consentiu a extracção dos argaços que chegavam à praia fronteira do castelo. Sendo esse um direito ancestral assegurado desde os forais D. Dinis e D. Manuel I, a proibição levou a uma queixa formal dos moradores à Câmara Municipal, que por sua vez a conduziu ao monarca que, pela Provisão de 20 de Dezembro de 1741, confirma que os moradores continuavam a ter posse e uso das praias, e dos proveitos que daí retiravam, como os argaços ou a pesca, na forma do foral da vila. De resto, este homem viria a ser homenageado, 200 anos depois, altura em que é atribuído o seu nome à rua do lado nascente da Fortaleza.

⁵ Em estilo barroco, apresenta pequenas dimensões, coberta com abóbada em cantaria. Nela destacam-se o retábulo em talha dourada e o sacrário, sendo aí venerados ainda Santa Bárbara, padroeira da artilharia, e uma imagem do Menino Jesus com o coração na mão, patrono da antiga congregação do Santíssimo Coração de Jesus.

Já no século XIX, em Acta da Câmara de 15 de Junho de 1811⁶, temos registo da nomeação de “... três pessoas idóneas e abonadas para fiel do Castello desta mesma villa... ”⁶. Fica clara a necessidade de procurar alguém de confiança que zela-se por aquele espaço.

Em 1816, instala-se lá a 1ª Companhia de Veteranos, Militares Reformados e Inválidos, ex-combatentes das lutas liberais. Estes foram falecendo, e com eles a fortaleza. Quarenta anos depois, estava degradada e à mercê da comunidade piscatória do bairro sul que lá ia construindo arrumos e habitações com a anuência das autoridades locais.

Já em 1817, em Acta da Câmara de 9 de Agosto⁷, foi proposto o requerimento de “... Jose Moreira Alexandre, Jose Rodrigues Maio e Manuel Martins (...) no qual pedem a sua Magestade provisão para lhes ser aforado o terreno em frente das suas cazas no sitio da Fortaleza (...), E por elles foi assentado que semelhante aforamento se não deve fazer nem consentir-se tapar-se aquelle terreno (...) Da Praia e esta pequena e estreita para o servisso dos barcos secadouro das redes e outras percizoens da pescaria a qual por ser muita se achava estreitada e com percisão de maior território... ”⁷. Fica claro, pela negação deste pedido, a *vontade* dos pescadores em tomarem posição naqueles terrenos circundantes à Fortaleza, para os mais diversos fins.

Em 1853, estas construções clandestinas são demolidas e, a partir daqui, a fortificação conheceu alguma decadência, tendo o seu terraplano sido usado para corridas de touros, espectáculos de cavalos e acrobatas.

Em 1857, a Câmara Municipal sugeriu que o imóvel se tornasse num mercado e subdelegação da Alfândega. Passados dois anos, sugeriu novamente que se tornasse estação fiscal da delegação da Alfândega e escola primária. Por volta de 1868, novo relatório informou que, como outras fortalezas do reino, esta quase não tinha artilharia sendo considerada há anos com tão limitada importância, que já se haviam construído casas na sua esplanada. Em 1893, é feita uma remodelação de toda a zona envolvente da Fortaleza⁸, o *bairro do Castelo*, assim designado por motivos óbvios.

⁶ Acta da Câmara de 15 Junho 1811 | CMPV/ 0018, fl. 114 vº

⁷ Acta da Câmara de 9 Agosto 1817 | CMPV/ 0018, fl. 174

⁸ Projecto de Obra Municipal *Bairro do Castelo* | 12 Junho 1893 | CMPV/POM 10 (13)

Por Carta Régia de 1896, a Fortaleza ganha novo rumo. Para impor ordem e limpar aquele espaço, é lá instalada a Guarda-fiscal, hoje denominada Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (GNR).

O documento que escolhemos para divulgar, trata-se de um exemplar bastante pormenorizado de toda a intervenção que foi efectuada nas imediações da fortificação⁹, desde ajardinamento a pequenos arruamentos.

Cogita-se actualmente, a remoção dos militares da histórica fortaleza, devendo o imóvel ser transferido para o município. Nesse sentido, existe um projecto, de autoria do arquitecto Rui Bianchi, da Câmara Municipal, para a instalação de bares e restaurantes no seu interior, a ser implementado assim que a GNR abandone o edifício. A saída da GNR está a depender da construção de um novo quartel, único para os dois ramos da GNR - o fiscal e o territorial no Largo das Dores.

Todos os anos, no dia 8 de Dezembro, a capelinha enfeita-se, a Fortaleza abre as portas à comunidade e ocorre no seu interior a procissão da Nossa Senhora da Conceição do Castelo. É uma verdadeira festa.

* documentos que integram o espólio do Arquivo Municipal.